



EQUATORIAL ENERGIA S/A
CNPJ/MF nº 03.220.438/0001-73
NIRE 2130000938-8
Companhia Aberta

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO EM 17 DE MAIO DE 2019

- HORA E LOCAL:** Realizada, em segunda convocação, aos 17 (dezesete) dias do mês de maio de 2019, às 10:30 horas, na sede social da Equatorial Energia S.A. (“Companhia”), na Alameda A, Quadra SQS, nº 100, Anexo A, sala 31, Loteamento Quitandinha, Altos do Calhau, CEP 65.070-900, na Cidade de São Luís, Estado do Maranhão.
- CONVOCAÇÃO:** (1) O edital de primeira convocação foi publicado, na forma do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”), (1.i) no jornal “Folha de São Paulo” nas edições dos dias 12, 15 e 16 de abril de 2019; (1.ii) no jornal “O Estado do Maranhão”, nas edições dos dias 12, 15 e 16 de abril de 2019; e (1.iii) no jornal “Diário Oficial do Estado do Maranhão”, nas edições dos dias 12, 15 e 16 de abril de 2019; e (2) O edital de segunda convocação foi publicado, na forma do art. 124 da Lei das S.A., (2.i) no jornal “Folha de São Paulo” nas edições dos dias 8, 9 e 10 de maio de 2019; (2.ii) no jornal “O Estado do Maranhão”, nas edições dos dias 8, 9 e 10 de maio de 2019; e (2.iii) no jornal “Diário Oficial do Estado do Maranhão”, nas edições dos dias 8, 9 e 10 de maio de 2019.
- PRESENCAS:** Acionistas titulares de 117.062.183 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, representando 58,08% do capital social da Companhia com direito a voto, desconsideradas as ações em tesouraria, conforme se verifica das assinaturas no “Livro de Presença de Acionistas”, ficando dessa forma, constatada a existência de quórum legal para a realização desta Assembleia. Presentes, ainda, o Sr. Sérgio Túlio dos Santos, representante da administração da Companhia, e o Sr. Saulo de Tarso Alves de Lara, membro do Conselho Fiscal da Companhia.
- MESA:** Presidente: Sérgio Túlio dos Santos; Secretária: Angela Caroline Pinto Marques Figueiredo.

5. PUBLICAÇÕES E DIVULGAÇÃO: Os documentos pertinentes a assuntos integrantes da ordem do dia, incluindo a proposta da administração para a assembleia geral, foram colocados à disposição dos acionistas na sede da Companhia e divulgados nas páginas eletrônicas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão (“B3”) e da Companhia, nos termos da Lei das S.A. e da regulamentação da CVM aplicável.

6. ORDEM DO DIA: Conforme o Edital de Convocação, a ordem do dia é examinar, discutir e votar: **(a)** o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 308.508.685,92, mediante capitalização do saldo da reserva legal e reserva estatutária de reforço de capital de giro; **(b)** o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 50.483.812,50, com emissão de 2.818.750 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal; **(c)** a alteração do art. 6º do Estatuto Social da Companhia para atualizar o valor do capital social; e **(d)** consolidação do Estatuto Social da Companhia.

7. DELIBERAÇÕES: Instalada a assembleia em segunda convocação e após o exame e a discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas presentes deliberaram o quanto segue:

7.1. Aprovar, por 31.529.205 votos favoráveis, com nenhum voto contrário e com 85.532.978 abstenções, a lavratura da ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, conforme faculta o art. 130, §1º, da Lei das S.A., assim como sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, nos termos do art. 130, §2º, da Lei das S.A.

7.2. Aprovar, por 117.036.783 votos favoráveis, com nenhum voto contrário e com 25.400 abstenções, o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 308.508.685,92, sem a emissão de novas ações.

7.3. Aprovar, por 117.036.783 votos favoráveis, com nenhum voto contrário e com 25.400 abstenções, a atualização da cifra do capital social e o número de ações emitidas pela Companhia para contemplar: (i) o aumento de capital aprovado no item 7.2 acima; (ii) o aumento de capital no valor de R\$ 470.137,50, mediante a emissão de 26.250 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 9 de agosto de 2018, registrada na Junta Comercial do Estado do Maranhão (“JUCEMA”) em sessão realizada no dia 19 de setembro de 2018, sob o número 20180648489; (iii) o aumento de capital no valor de R\$ 41.775.075,00, mediante a emissão de 2.332.500 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de

janeiro de 2019, registrada na JUCEMA em sessão realizada no dia 25 de janeiro de 2019, sob o número 20190032707; (iv) o aumento de capital no valor de R\$ 8.238.600,00, mediante a emissão de 460.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de março de 2019, registrada na JUCEMA em sessão realizada no dia 25 de abril de 2019, sob o número 20190305487.

7.3.1. Consignar que, em razão da atualização da cifra do capital social e do número de ações emitidas pela Companhia aprovada no item 7.3 acima, o capital social da Companhia passará dos atuais R\$ 2.409.308.181,14, dividido em 198.743.467 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R\$ 2.768.300.679,56, dividido em 201.562.217 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

7.4. Aprovar, por 117.036.783 votos favoráveis, com nenhum voto contrário e com 25.400 abstenções, a alteração do art. 6º do Estatuto Social da Companhia para refletir a nova cifra do capital social e o novo número de ações emitidas pela Companhia, passando referido dispositivo estatutário a vigorar com a seguinte nova redação:

“Artigo 6 - O capital social é de R\$ 2.768.300.679,56 (dois bilhões, setecentos e sessenta e oito milhões, trezentos mil, seiscentos e setenta e nove reais e cinquenta e seis centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 201.562.217 (duzentos e um milhões, quinhentos e sessenta e dois mil, duzentas e dezessete) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.”

7.5. Aprovar, por 117.036.783 votos favoráveis, com nenhum voto contrário e com 25.400 abstenções, a consolidação do Estatuto Social da Companhia que, contemplando a alteração deliberada no item 7.3 acima, que passará a vigorar com a redação constante do **Anexo I** à presente ata.

8. APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrada a presente ata, na forma de sumário e autorizada a publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas, conforme o disposto no art. 130, §§ 1º e 2º da Lei das S.A. Lida e achada conforme, foi a presente ata por todos assinada, bem como autorizado seu arquivamento no registro do comércio e posterior publicação. São Luís, 17 de maio de 2019. **Mesa:** Presidente: Sérgio Túlio dos Santos; Secretária: Angela Caroline Pinto Marques Figueiredo. **Representante da Administração:**



Sérvio Túlio dos Santos. **Representante do Conselho Fiscal:** Saulo de Tarso Alves de Lara. Acionistas presentes: OPPORTUNITY SELECTION MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES, OPPORTUNITY THESIS MASTER FIM, OPPORTUNITY LOGICA MASTER FIA, OPPORTUNITY LONG BIASED MASTER FIM, OPPORTUNITY FI EM ACOES BDR NIVEL I INVESTIMENTO NO EXTERIOR, p.p. Angela Caroline Pinto Marques Figueiredo; Squadra Master Long-Biased FIA, Squadra Master Long-Only FIA, Squadra Horizonte FIA, FPRV SQA Sanhaço FIA Previdenciário, Squadra VE FIA, SV2 Equity LLC, Tuna Equity LLC, Grouper Equity LLC, Snapper Equity LLC, p.p. José Silva Sobral Neto; Duo Sharp FIA, FIA GAP Valor Pernambuco, FRG FIA GAP, GAP Arpoador IBRX Ativo FIA, Genipabu FIA, SCC FIM, Serpros FIA Kenobi, Sharp Continente FIA, Sharp Equity Value Institucional FIA, Sharp Equity Value Master FIA, Sharp Estratégia STB FIM, Sharp Ibovespa Ativo FIA, Sharp Long Biased Master FIA, Sharp Long Short 2X FIM, Sharp Long Short FIM, Sharp Multimanager BBDC FIM, p.p. Angela Caroline Pinto Marques Figueiredo; MULTIMIX WHOLESALE INTERNATIONAL SHARES TRUST, NBIMC LOW VOLATILITY EMERGING MARKETS EQUITY FUND, STICHTING JURIDISCH EIGENAAR ACTIAM BELEGGINGSFONDSEN, FIDELITY FUNDS SICAV, FIDELITY UCITS II ICAV / FIDELITY M, PINEHURST PARTNERS, L.P., AUSTRALIANSUPER PTY LTD AS TRUSTEE FOR THE AUSTRALIANSUPER, BRITISH COAL STAFF SUPERANNUATION SCHEME, BUREAU OF LABOR FUNDS-LABOR INSURANCE FUND, COMMINGLED PENSION TRUST FUND EMERGING MARKETS RESEARCH ENHANCED EQUITY OF JPMORGAN CHASE BANK NA, EQ ADVISORS TRUST – EQ/MFS UTILITIES SERIES PORTFOLIO, FIDELITY ADVISOR SERIES VIII: FIDELITY ADVISOR EMERGING MARKETS FUND, FIDELITY ADVISOR SERIES VIII: FIDELITY ADVISOR GLOBAL EQUITY INCOME FUND, FIDELITY INVESTMENT TRUST: FIDELITY EMERGING MARKETS FUND, FIDELITY INVESTMENT TRUST: FIDELITY GLOBAL EQUITY INCOME FUND, FIDELITY INVESTMENTS MONEY MANAGEMENT INC., FORSTA AP-FONDEN, JNL/MELLON CAPITAL EMERGING MARKETS INDEX FUND, JPMORGAN BRAZIL INVESTMENT TRUST PLC, JPMORGAN EMERGING MARKETS RESEARCH ENHANCED EQUITY FUND, JPMORGAN FUNDS, MINeworkers'PENSION SCHEME, PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM OF OHIO, THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE FOR MTBJ400045829, THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE FOR MTBJ40005849, THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE FOR MUTB400045792, THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE FOR MUTB400045794, THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE FOR MUTB400045795, UNIVERSITIES SUPERANNUATION



SCHEME LTD, VANGUARD EMERGING MARKETS STOCK INDEX FUND, VANGUARD TOTAL INTERNATIONAL STOCK INDEX FUND, VANTAGETRUST III MASTER COLLECTIVE INVESTMENT FUNDS TRUST, VANGUARD FIDUCIARY TRUST COMPANY INSTITUTIONAL TOTAL INTERNATIONAL STOCK MARKET INDEX TRUST, CAISSE DE DEPOT ET PLACEMENT DU QUEBEC, FIAM GROUP TRUST FOR EMPLOYEE BENEFIT PLANS, FIDELITY EMERGING MARKETS FUND, FIDELITY INVESTMENT TRUST: FIDELITY FLEX INTERNATIONAL FUND, FIDELITY INVESTMENT TRUST: FIDELITY TOTAL INTERNATIONAL EQUITY FUND, FIRST TRUST EMERGING MARKETS ALPHADDEX FUND, FIRST TRUST GLOBAL FUNDS PLC - FIRST TRUST EMERGING MARKETS ALPHADDEX UCITS ETF, FIRST TRUST LATIN AMERICA ALPHADDEX FUND, FIS GROUP COLLECTIVE INVESTMENT TRUST, GOLDMAN SACHS ETF TRUST - GOLDMAN SACHS ACTIVEBETA ® EMERGING MARKETS EQUITY ETF, IBM DIVERSIFIED GLOBAL EQUITY FUND, JAPAN TRUSTEE SERVICES BANK, LTD. RE: STB DAIWA BRAZIL INFRASTRUCTURE EQUITY MOTHER FUND, LEGAL & GENERAL GLOBAL INFRASTRUCTURE INDEX FUND, NORTHERN TRUST INVESTMENT FUNDS PLC, NORTHERN TRUST UCITS FGR FUND, POWERSHARES DWA EMERGING MARKETS TECHNICAL LEADERS PORTFOLIO, SCHWAB EMERGING MARKETS EQUITY ETF, SSGA SPDR ETFS EUROPE I PLC, TEACHER RETIREMENT SYSTEM OF TEXAS, THE NOMURA TRUST AND BANKING CO., LTD. RE: INTERNATIONAL EMERGING STOCK INDEX MSCI EMERGING NO HEDGE MOTHER FUND, THE REGENTS OF THE UNIVERSITY OF CALIFORNIA, TRUST & CUSTODY SERVICES BANK, LTD. RE: EMERGING EQUITY PASSIVE MOTHER FUND, UTAH STATE RETIREMENT SYSTEMS, VANGUARD FUNDS PUBLIC LIMITED COMPANY, VARIABLE INSURANCE PRODUCTS FUND II: EMERGING MARKETS PORTFOLIO, VIRTUS GLOVISTA EMERGING MARKETS ETF, VOYA EMERGING MARKETS INDEX PORTFOLIO, WISDOMTREE EMERGING MARKETS DIVIDEND FUND, WISDOMTREE EMERGING MARKETS EX-STATE-OWNED ENTERPRISES FUND, p.p. Ricardo José Martins Gimenez. Acionistas que participaram por meio de boletim de voto a distância: Neo Navitas Master FIA, Neo Multimercado 60 FI, Neo Multiestrategia Master FIM, Neo Multimanager BBDC FIM, FP Neo Total Return FIA, Nucleo Master FIA, Nucleo Agulhas Negras FIA, NCIP Master FIA, Nucleo Matterhorn Fund LLC, Aurora Brazil LLC, SCHF M PV LP, Truxt Long Bias Master FIM, Truxt Long Short Master FIM, Truxt Macro Master FIM, Truxt Valor Master FIM, Truxt Valor Master Institucional FIA, Truxt Multimanager BBDC FIM, Truxt Previdência Itaú FIA, Truxt Previdência FIA, Velt Master Institucional FIA, Velt Master FIA, Velt BV



FIA – IE, Velt Alísio FIA, Clari FIA, Cox Master FIA, GOTHIC CORPORATION, CALIFORNIA PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM, YALE UNIVERSITY, LEGAL AND GENERAL ASSURANCE PENSIONS MNG LTD, OREGON PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM, BLACKROCK INSTITUTIONAL TRUST COMPANY NA, CIBC EMERGING MARKETS INDEX FUND, VIRTUS EMERGING MARKETS OPPORTUNITIES FUND, IBM 401 (K) PLUS PLAN, IRISH LIFE ASSURANCE PLC, LELAND STANFORD JUNIOR UNIVERSITY, MANAGED PENSION FUNDS LIMITED, JOHN HANCOCK VARIABLE INSURANCE TRUST UTILITIES TRUST, BLACKROCK GLOBAL FUNDS, NORGES BANK, PENN SERIES INTERNATIONAL EQUITY FUND, PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT ASSOCIATION OF NEW MEX, STATE OF IND PUBLIC EMPL RET FUND, STATE ST GL ADV TRUST COMPANY INV FF TAX EX RET PLANS, STICHTING PHILIPS PENSIOENFONDS, PARAMETRIC TAX-MANAGED EMERGING MARKETS FUND, TEACHER RETIREMENT SYSTEM OF TEXAS, THE DFA INV T CO ON BEH ITS S THE EM SLL CAPS, CONSULTING GROUP CAPITAL MKTS FUNDS EMER MARKETS EQUITY FUND, THE EMERGING M.S. OF THE DFA I.T.CO., THE MONETARY AUTHORITY OF SINGAPORE, VANGUARD INVESTMENT SERIES PLC, STATE OF NEW JERSEY COMMON PENSION FUND D, BELL ATLANTIC MASTER TRUST, SSGA MSCI BRAZIL INDEX NON-LENDING QP COMMON TRUST FUND, BRITISH AIRWAYS PEN TRUSTEES LTD-MAIN A/C, CAISSE DE DEPOT ET PLACEMENT DU QUEBEC, FIDELITY EMERGING MARKETS FUND, GENERAL CONF CORP OF SEVENTH DAY ADVENTIST, INVESCO GLOBAL AGRICULTURE ETF, MFS VARIABLE INSURANCE TRUST MFS UTIL SERIES, PANAGORA GROUP TRUST, ROCKFELLER BROTHERS FUND, SANFORD C.BERNSTEIN FUND, INC., STATE OF MINNESOTA STATE EMPLOYEES RET PLAN, CALIFORNIA STATE TEACHERS RETIREMENT SYSTEM, VKF INVESTMENTS LTD, WASHINGTON STATE INVESTMENT BOARD, PINEBRIDGE GLOBAL DYNAMICASSET ALLOCATION FUND, CATHOLIC HEALTH INITIATIVES, RUSSELL INVESTMENT COMPANY II PLC, RUSSELL INVESTMENT COMPANY PUBLIC LIMITED COMPANY, INVESTEC GLOBAL STRATEGY FUND, LEGG MASON GLOBAL FUNDS PLC, NEW ZEALAND SUPERANNUATION FUND, STICHTING PENSIOENFONDS VAN DE ABN AMRO BK NV, BRITISH AIRWAYS PENSION TRUSTEES LTD. (MPF A/C), ALLIANCE INSTITUTIONAL FUND, FORD MOTOR CO DEFINIED BENEF MASTER TRUST, FORD MOTOR COMPANY OF CANADA, L PENSION TRUST, INTERNATIONAL MONETARY FUND, MUNICIPAL E ANNUITY A B FUND OF CHICAGO, NEW YORK STATE NURSES ASSOCIATION P P, PEPSICO INC. MASTER RETIREMENT TRUST, SAN ANTONIO FIRE



POLICE PENSION FUND, STATE STREET C S JERSEY L T O T COSM I F, TEACHERS RETIREMENT SYSTEM OF THE STATE OF ILLINOIS, NAV CANADA PENSION PLAN, THE ALLIANCE CAPITAL GROUP TRUST, UTAH STATE RETIREMENT SYSTEMS, BOARD OF PENSIONS OF THE EVANGELICAL LUTHERAN CHURCH IN AMER, CHEVRON MASTER PENSION TRUST, EMPLOYEES RETIREMENT FUND OF THE CITY OF DALLAS, JOHN HANCOCK VARIABLE INS TRUST INTERN EQUITY INDEX TRUST, NTGI QUANTITATIVE MANAGEMENT COLLEC FUNDS TRUST, THE REGENTS OF THE UNIVERSITY OF CALIFORNIA, VALIC COMPANY II - INTERNATIONAL OPPORTUNITIES FUND, EMER MKTS CORE EQ PORT DFA INVEST DIMENS GROU, ALASKA PERMANENT FUND, CITY OF NEW YORK GROUP TRUST, RBS PENSION TRUSTEE LIMITED, RAILWAYS PENSION TRUSTEE COMPANY LIMITED, THE STATE TEACHERS RETIREMENT SYSTEM OF OHIO, BLACKROCK LIFE LIMITED - DC OVERSEAS EQUITY FUND, THE SEVENTH SWEDISH NATIONAL PENSION FUND - AP7 EQUITY FUND, ISHARES PUBLIC LIMITED COMPANY, NTGI QM COMMON DAILY ALL COUNT WORLD EXUS EQU INDEX FD LEND, VIRTUS FOREIGN OPPORTUNITIES FUND, THE MASTER T BK OF JPN, LTD AS T OF NIKKO BR EQ MOTHER FUND, GOVERNMENT EMPLOYEES SUPERANNUATION BOARD, THE DUKE ENDOWMENT, NORTHERN EMERGING MARKETS EQUITY INDEX FUND, THE NOMURA T AND B CO LTD RE I E S INDEX MSCI E NO HED M FUN, PARAMETRIC EMERGING MARKETS FUND, CN CANADIAN MASTER TRUST FUND, CHEVRON UK PENSION PLAN, ALASKA COMMON TRUST FUND, ISHARES MSCI BRAZIL ETF, ISHARES II PUBLIC LIMITED COMPANY, CHANG HWA COM BK LTD IN ITS CAP AS M CUST OF P LAT A EQ FD, SUNSUPER SUPERANNUATION FUND, MFS HERITAGE TRUST COMPANY COLLECTIVE INVESTMENT TRUST, PARTNER FI EM ACOES INVESTIMENTO NO EXTERIOR, AB FCP I - EMERGING MARKETS GROWTH PORTFOLIO, FIDELITY ADVISOR INT CAP APPRECIATION F, FIAM GROUP TRUST FOR EMP BEN PLANS: FIAM EMER MKTS COM POOL, VARIABLE I PROD F II INTERNATIONAL CAP APPRECIATION PORT, NEW YORK STATE TEACHERS RETIREMENT SYSTEM, JANUS CAPITAL MANAGEMENT LLC, THE TEXAS EDUCATION AGENCY, FIDELITY INVEST T F INTERNATIONAL CAPITAL APPRECIATION FUND, VONTOBEL INVESTMENT TRUST, GOVERNMENT OF SINGAPORE, CANADA PENSION PLAN INVESTMENT BOARD, FUTURE FUND BOARD OF GUARDIANS, FIDELITY EMERGING MARKETS EQUITY INSTITUTIONAL TRUST, NATIONAL COUNCIL FOR SOCIAL SECURITY FUND, IVESCO FTSE RAFI EMERGING MARKETS ETF, NORTHERN TRUST INVESTMENT FUNDS PLC, BRITISH COLUMBIA



INVESTMENT MANAGEMENT CORPORATION, ISHARES MSCI BRIC ETF, FIDELITY INVESTMENT TRUST: FIDELITY TOTAL INTERNATIONAL EF, PEOPLE S BANK OF CHINA, PUBLIC SECTOR PENSION INVESTMENT BOARD, VARIABLE INSURANCE PRODUCTS FUND II: EMERGING MARKETS PORTFO, COLLEGE RETIREMENT EQUITIES FUND, EATON VANCE COLLECTIVE INVESTMENT TFE BEN PLANS EM MQ EQU FD, JAPAN TRUSTEE SERVICES BANK, LTD. RE: STB DAIWA BRAZIL STOCK, INVESCO DWA EMERGING MARKETS MOMENTUM ETF, EATON VANCE INT (IR) F PLC-EATON V INT (IR) PAR EM MKT FUND, STICHTING PENSIOENFONDS UWV, LEGAL GENERAL INTERNATIONAL INDEX TRUST, ADVANCED SERIES TRUST - AST PARAMETRIC EME PORTFOLIO, VANGUARD TOTAL WORLD STOCK INDEX FUND, A SERIES OF, JAPAN TRUSTEE SERVICES BK, LTD. RE: RTB NIKKO BEA MOTHER FD, THE BANK OF NEW YORK MELLON EMP BEN COLLECTIVE INVEST FD PLA, ISHARES III PUBLIC LIMITED COMPANY, NTGI-QM COMMON DAC WORLD EX-US INVESTABLE MIF – LENDING, VANDERBILT UNIVERSITY, ALLIANCE TRUST PLC, PICTET - EMERGING MARKETS INDEX, TRUST CUSTODY SERVICES BANK, LTD. RE: EMERGING E P M F, VELT PARTNERS FUND LLC, BELLSOUTH CORPORATION RFA VEBA TRUST, FIAM GROUP TRUST FOR EMPLOYEE BENEFIT PLANS, WSIB INVESTMENTS PUBLIC EQUITIES POOLED FUND TRUST, MFS MERIDIAN FUNDS - LATIN AMERICAN EQUITY FUND, FIDELITY SELECT EMERGING MARKETS EQUITY INSTITUTIONAL TRUST, PICTET CH INSTITUCIONAL-EMERGING MARKETS TRACKER, ONTARIO PENSION BOARD, STICHTING PGGM DEPOSITARY, ARIZONA PSPRS TRUST, FIDELITY SALEM STREET TRUST: FIDELITY SERIES G EX US I FD, SCHWAB EMERGING MARKETS EQUITY ETF, BRASIL CAPITAL MASTER FIA, POPLAR TREE FUND OF AMERICAN INVESTMENT TRUST, ISHARES MSCI EMERGING MARKETS ETF, THE MASTER T B J, LTD AS T OF DAIWA BRAZIL STOCK OPEN-RIO WI, TRUST CUSTODY SERVICES BANK, LTD.RE: BRAZIL INFRASTRUCTURE, BNY MELLON TR DEP (UK) LIM AS T OF IS EM MK EQ I FD (UK), POWERSHARES FTSE RAFI EMERGING MARKETS UCITS ETF, JAPAN TRUSTEE SERVICES BANK, LTD. RE: STB DAIWA BRAZIL INFRA, NORTHERN TRUST LUXEMBOURG MANAG COMP S.A. O B OF V FCP-SIF, PEAR TREE POLARIS FOREIGN VALUE SMALL CAP FUND, CHANG HWA CO BANK, LTD IN ITS C AS M CUST OF N B FUND, GOTHIC HSP CORPORATION, BMO MSCI EMERGING MARKETS INDEX ETF, FIRST TRUST EMERGING MARKETS ALPHADAX FUND, NTGI-QM COMMON DAILY EMERGING MARKETS EQUITY I F- NON L, BLACKROCK CDN MSCI EMERGING MARKETS INDEX



FUND, TIAA-CREF FUNDS - TIAA-CREF EMERGING MARKETS EQUITY I F, LEGAL GENERAL GLOBAL EMERGING MARKETS INDEX FUND, JAPAN TRUSTEE SERVICES BANK, LTD. RE: STB DAIWA E E F I M F, STK LONG BIASED MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES, MANASLU LLC, CF DV EMERGING MARKETS STOCK INDEX FUND, NEW SHIPS, INC. PENSION MASTER TRUST, SSGA MSCI ACWI EX-USA INDEX NON-LENDING DAILY TRUST, BERESFORD FUNDS PUBLIC LIMITED COMPANY, ULSTER BANK PENSION SCHEME, FIRST TRUST LATIN AMERICA ALPHADAX FUND, SSGA SPDR ETFs EUROPE I PLC, THE MASTER TR BK OF JAPAN, LTD. AS TR OF E C S ACT MO FUND, EUROPEAN CENTRAL BANK, ADVISER MANAGED TRUST - TACTICAL OFFENSIVE EQUITY FUND, ISHARES EDGE MSCI MIN VOL EMERGING MARKETS ETF, EATON VANCE TR CO CO TR FD - PA STR EM MKTS EQ COM TR FD, ST STR EMER MKTS MANAGED VOLATILITY NON-LENDING QIB C TR FD, VERDIPAPIRFONDET KLP AKSJE FREMVOKSENDE MARKEDER INDEKS I, TOTAL INTERNATIONAL EX U.S. I MASTER PORT OF MASTER INV PORT, JAPAN TRUSTEE SERVICES B, LTD. RE: RB EM SMALL-MID CAP EQ FD, NAT WEST BK PLC AS TR OF ST JAMES PL GL EQUITY UNIT TRUST, AMERICAN CENTURY INVESTMENT MANAGEMENT INC., FIDELITY SALEM STREET T: FIDELITY E M INDEX FUND, FIDELITY SALEM STREET T: FIDELITY G EX U.S INDEX FUND, PACIFICO ACOES MASTER FIA, EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM OF TEXAS, FIDELITY INVESTMET TRUST: FIDELITY EMERGING MARKETS DISCOVER, NGS SUPER, BRASIL CAPITAL 30 MASTER FIA, GOTHIC ERP, LLC, MICHELIN NORTH AMERICA (CANADA) INC. MASTER TRUST, MICHELIN NORTH AMERICA INC. MASTER RETIREMENT TRUST, ISHARES EMERGING MARKETS FUNDAMENTAL INDEX ETF, VOYA EMERGING MARKETS INDEX PORTFOLIO, VANGUARD FUNDS PUBLIC LIMITED COMPANY, ISHARES MSCI BRAZIL UCITS ETF USD (ACC), MERCER QIF FUND PLC, K INVESTMENTS SH LIMITED, SQUADRA TEXAS LLC, COMMONWEALTH SUPERANNUATION CORPORATION, HAND COMPOSITE EMPLOYEE BENEFIT TRUST, JOHN HANCOCK FUNDS II STRATEGIC EQUITY ALLOCATION FUND, TRANSAMERICA EMERGING MARKETS EQUITY, WELLS FARGO BK D OF T ESTABLISHING INV F FOR E BENEFIT TR, GOLDMAN SACHS GIVI GLOBAL EQUITY - GROWTH M TILT PORTFOLIO, ALLIANCEBERNSTEIN DELAWARE BUSINESS TRUST - A I ALL-C P S, CORNERSTONE ADVISORS GLOBAL PUBLIC EQUITY FUND, FIDELITY RUTLAND SQUARE TRUST II: STRATEGIC A E M FUND, EMERGING MARKETS EQUITY FUND S OF M P F WORLD FUNDS, LLC, ISHARES CORE MSCI EMERGING MARKETS ETF, ISHARES CORE MSCI



TOTAL INTERNATIONAL STOCK ETF, FIAM EMERGING MARKETS ALL CAP FUND, LP, BLACKROCK GLOBAL INDEX FUNDS, FIAM SELECT EMERGING MARKETS EQUITY FUND, LP, PACIFICO LB MASTER FIM, GREATBANC COLLECTIVE INVESTMENT TRUST II, ISHARES VI PUBLIC LIMITED COMPANY, THE GOVERNMENT OF HIS M THE S AND Y D-P OF BRUNEI DARUSSALAM, STK LONG ONLY INSTITUCIONAL FIA, EVTC CIT FOF EBP-EVTC PARAMETRIC SEM CORE EQUITY FUND TR, ST STR RUSSELL RAFI GLOBAL EX-U.S INDEX NON LEN COMMON TR F, PANAGORA DIVERSIFIED RISK MULTI-ASSET FUND, LTD, FIDELITY GLOBAL DIVIDEND INVESTMENT TRUST, BLACKROCK LIFE LIMITED, SCOTTISH WIDOWS INVESTMENT SOLUTIONS FUNDS ICVC- FUNDAMENTAL, THE BUNTING EMERGING EQUITY TE LIMITED LIABILITY COMPANY, KAPITALFORENINGEN LAEGERNES PENSIONSINVESTERING, LPI AEM III, FIRST TRUST GLL FUND PLC - FIRST TR EMERG MKTS ALPH UCITS ET, ADVANCED SERIES TRUST - AST GOLDMAN SACHS MULTI-ASSET PORTFO, GENERAL PENSION AND SOCIAL SECURITY AUTHORITY, EXELON GENERATION COMP, LLC TAX QUALIFIED NUCLEAR DECOMM PAR, INVESCO MSCI EMERGING MARKETS EQUAL COUNTRY WEIGHT ETF, GLOBAL MANAGED VOLATILITY FUND, AMERGEN CLINTON NUCLEAR POWER PLANT NONQUALIFIED FUND, OYSTER CREEK NUCLEAR GENERATING STATION QUALIFIED FUND, THREE MILE ISLAND UNIT ONE QUALIFIED FUND, PACIFICO RV MASTER FIA, STATE STREET IRELAND UNIT TRUST, THE BUNTING FAMILY EMERGING EQUITY LIMITED LIABILITY COMPANY, GLOBAL MACRO CAPITAL OPPORTUNITIES PORTFOLIO, DIVERSIFIED MARKETS (2010) POOLED FUND TRUST, AQUILA EMERGING MARKETS FUND, DEUTSCHE X-TRACKERS MSCI ALL WORLD EX US HEDGED EQUITY ETF, ADVANCED SERIES TRUST-AST FID INST AMSM QUANTITATIVE PORTE, PACIFIC GAS A EL COMP NU F Q CPUC DEC MASTER TRUST, NN PARAPLUFONDS 1 N.V, NORTHERN TRUST COLLECTIVE ALL COUNTRY WORLD I (ACWI) E-U F-L, NORTHERN TRUST COLLECTIVE EMERGING MARKETS INDEX FUND-LEND, ST STR MSCI ACWI EX USA IMI SCREENED NON-LENDING COMM TR FD, ANCHOR GLOBAL EMERGING MARKETS EQUITY FUND, SPDR MSCI EMERGING MARKETS STRATEGICFACTORS ETF, CDN ACWI ALPHA TILTS FUND, AB CAP FUND, INC. - AB F. EMERGING MARKETS GROWTH PORTFOLIO, KAPITALFORENINGEN INVESTIN PRO, GLOBAL EQUITIES I, BLACKROCK A. M. S. AG ON B. OF I. E. M. E. I. F. (CH), DREYFUS OPPORTUNITY FUNDS - DREYFUS STRATEGIC BETA E M E F, SSGA SPDR ETFS EUROPE II PUBLIC LIMITED COMPANY, STATE STREET GLOBAL EQUITY EX-US INDEX PORTFOLIO, PERPETUAL T S



L AS R E F P G D ASSET ALLOCATION FUND, LEGAL GENERAL GLOBAL EQUITY INDEX FUND, ITAU FUNDS - LATIN AMERICA EQUITY FUND, INTERNATIONAL EXPATRIATE BENEFIT MASTER TRUST, WISDOMTREE EMERGING MARKETS EX-STATE-OWNED ENTERPRISES FUND, PINEBRIDGE GLOBAL DYNAMIC ASSET ALLOCATION FUND LLC, POOL REINSURANCE COMPANY LIMITED, LEGAL GENERAL COLLECTIVE INVESTMENT TRUST, GOLDMAN SACHS ETF TRUST - GOLDMAN S ACTIVEBETA E M E ETF, RUSSELL INVESTMENT MANAGEMENT LTD.AS T OF THE R M-A F E FUND, GOLDMAN SACHS TRUST II- GOLDMAN SACHS MULTI-MANAGER G E FUND, STATE STREET GLOBAL ADVISORS LUX SICAV - S S G E M I E FUND, STATE STREET EMERGING MARKETS EQUITY INDEX FUND, COMPASS EMP EMERGING MARKET 500 VOLATILITY WEIGHTED INDEX E, BLACKROCK STRATEGIC FUNDS - BLACKROCK SYSTEMATIC GLOBAL E F, EAM EMERGING MARKETS SMALL CAP FUND, LP, FSS EMERGING MARKET EQUITY TRUST, AUSTRALIA P.SUPERANNUATION SCHEME, THE BOARD OF THE PENSION PROTECTION FUN, VONTOBEL EMERGING MARKETS I FUND S I OF THE S M-S FUND, L.P., DEUTSCHE X-TRACKERS FTSE EMERGING COMPREHENSIVE FACTOR ETF, NORTHERN TRUST UCITS FGR FUND, PINEBRIDGE DYNAMIC ASSET ALLOCATION FUND, FIDELITY SALEM STREET TRUST: FIDELITY SAI EMERGING M I FUND, WISDOMTREE EMERGING MARKETS DIVIDEND FUND, CHI OPERATING INVESTMENT PROGRAM LP, AMERICAN CENTURY WORLD MUTUAL FUNDS, INC. - EMERGING M S C F, BMO LOW VOLATILITY EMERGING MARKETS EQUITY ETF, SPDR MSCI EMERGING MARKETS FOSSIL FUEL FREE ETF, FIDELITY SALEM STREET T: FIDELITY TOTAL INTE INDEX FUND, PANAGORA RISK PARITY MULTI ASSET MASTER FUND, LTD, ISHARES IV PUBLIC LIMITED COMPANY, CLARIVEST EMERGING MARKETS SOCIALLY RESPONSIBLE FUND LLC, TOBAM EMERGING MARKETS FUND, GQG PARTNERS EMERGING MARKETS EQUITY FUND-GQG PARTNERS S LLC, LEGAL GENERAL ICAV, VANGUARD INV FUNDS ICVC-VANGUARD FTSE GLOBAL ALL CAP INDEX F, JOHN HANCOCK FUNDS II INTERNATIONAL STRATEGIC EQUITY ALLOCAT, T C S B LTD. AS TRUSTEE FOR WORLD LOW V S-M E F, GQG PARTNERS EMERGING MARKETS EQUITY FUND, INVESTORS WHOLESALE EMERGING MARKETS EQUITIES TRUST, FIDELITY SELECT GLOBAL PLUS ALL CAP EQUITY INSTITUTIONAL TRU, CITITRUST LIM AS TR OF BLACK PREMIER FDS- ISH WOR EQU IND FD, FIDELITY SALEM STREET TRUST: FIDELITY FLEX INTERNATIONAL IND, OPPENHEIMER EMERGING MARKETS REVENUE ETF, GQG PARTNERS EMERGING MARKET EQUITY FUND - GQG GLOBAL UCITS,



STICHTING BLUE SKY PASSIVE EQUITY EMERGING MARKETS GLOBAL FU, FIDELITY INVESTMENT TRUST: FIDELITY FLEX INTERNATIONAL FUND, GQG PARTNERS EMERGING MARKETS EQUITY FUND (AUSTRALIA), LABORERS AND RETIREMENT BOARD EMPLOYEES ANNUITY BENEFIT, WISDOMTREE EMERGING MARKETS DIVIDEND INDEX ETF, ARROWSTREET CAPITAL GLOBAL ALL COUNTRY ALPHA EXTENSION FUND, FIDELITY INVESTMENT TRUST: FIDELITY INTERNATIONAL CAPITAL AP, WELLS FARGO FACTOR ENHANCED EMERGING MARKETS PORTFOLIO, ISHARES MSCI EMERGING MARKETS EX CHINA ETF, EMERGING MARKETS EQUITY SELECT ETF, SPARTAN GROUP TRUST FOR EMPLOYEE BENEFIT PLANS: SPARTAN EMERG, RELIANCE TRUST INSTITUTIONAL RETIREMENT TRUST SERIES TWELVE, RUSSELL INVESTMENT MANAGEMENT LTD AS TRUSTEE OF THE RUSSELL, FIDELITY INTERNATIONAL LOW VOLATILITY EQUITY INSTITUTIONAL T, LEGAL GENERAL SCIENTIFIC BETA EMERGING MARKETS FUND, LLC, INVESCO PUREBETASM FTSE EMERGING MARKETS ETF, JNL/GQG EMERGING MARKETS EQUITY FUND, VIRTUS GLOVISTA EMERGING MARKETS ETF, FRANKLIN TEMPLETON ETF TRUST - FRANKLIN FTSE BRAZI, EAM INTERNATIONAL SMALL CAP FUND, LP, FIS GROUP COLLECTIVE INVESTMENT TRUST, LEGAL GEN FUTURE WRD CLIMATE CHANGE EQTY FACTORS IND FUND, PACIFICO LB 2 MASTER FIA, LEGAL GENERAL GLOBAL INFRASTRUCTURE INDEX FUND, PARAMETRIC TMEHC FUND, LP, PFM MULTI-MANAGER SERIES TRUST - PFM MULTI-MANAGER, VARIABLE INSURANCE PRODUCTS FUND II: INTERNATIONAL, NEW CHURCH INVESTMENT FUND, BROWN ADVISORY LATIN AMERICAN FUND, SUNAMERICA SERIES TRUST SA EMERGING MARKETS EQUITY, BRIDGEWATER PURE ALPHA STERLING FUND, LTD., FIDELITY SALEM STREET TRUST: FIDELITY ZERO INTERNA, INVESCO STRATEGIC EMERGING MARKETS ETF, BRIDGEWATER PURE ALPHA TRADING COMPANY II, LTD., BRIDGEWATER PURE ALPHA TRADING COMPANY LTD., FIDELITY INVESTMENT TRUST: FIDELITY SERIES EMERGIN, ISHARES (DE) I INVESTMENTAKTIENGESELLSCHAFT MIT TG, FRANKLIN TEMPLETON ETF TRUST - FRANKLIN FTSE LATIN, HIGHVISTA SGE EX-US CIT FUND, ARROWSTREET GLOBAL MINIMUM VOLATILITY ALPHA EXTENS, BBH GQG PARTNERS EMERGING MARKETS EQUITY MASTER FU, LVIP SSGA EMERGING MARKETS EQUITY INDEX FUND, PUBLIC PENSION AGENCY, FIDELITY RUTLAND SQUARE TRUST II: STRATEGIC ADVISE, BRASIL CAPITAL PREV I MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES, SIX CIRCLES MANAGED EQUITY PORTFOLIO INTERNATIONAL, KRANESHARES MSCI EMERGING



MARKETS EX CHINA INDEX E, VALIC COMPANY I - ASSET ALLOCATION FUND, por
Sérvio Túlio dos Santos, Presidente da Assembleia Geral Ordinária.

Confere com o original lavrado no livro de Atas de Assembleias Gerais.

Mesa:

Sérvio Túlio dos Santos
Presidente

Angela Caroline Pinto Marques Figueiredo
Secretária



Anexo I

Estatuto Social da Equatorial Energia S.A.

*(consolidado através da Assembleia Geral Extraordinária
realizada em 17 de maio de 2019)*

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I **NOME, OBJETO, SEDE E DURAÇÃO**

Artigo 1 - A Companhia tem a denominação de “EQUATORIAL ENERGIA S.A.” e reger-se-á pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis.

Parágrafo Único – Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado, da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“Novo Mercado” e “BM&FBOVESPA”, respectivamente), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA (“Regulamento do Novo Mercado”).

Artigo 2 – As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto.

Artigo 3 - A Companhia tem por objeto a participação no capital social de outras sociedades, consórcios e empreendimentos que atuem no setor de energia elétrica ou em atividades correlatas.

Artigo 4 – A Companhia tem sede e foro na cidade de São Luis, Estado do Maranhão, podendo, a critério do Conselho de Administração, criar e extinguir filiais, agências e escritórios de representação em qualquer ponto do território nacional ou no exterior.

Artigo 5 - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II **DO CAPITAL SOCIAL**

Artigo 6 - O capital social é de R\$ 2.768.300.679,56 (dois bilhões, setecentos e sessenta e oito milhões, trezentos mil, seiscentos e setenta e nove reais e cinquenta e seis centavos), totalmente subscrito e



integralizado, dividido em 201.562.217 (duzentos e um milhões, quinhentos e sessenta e dois mil, duzentas e dezessete) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro - Cada ação ordinária dará direito a 01 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

Parágrafo Segundo - Poderá ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o § 3º do artigo 35 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e posteriores alterações (“Lei das S.A.”).

Parágrafo Terceiro – A Companhia não poderá emitir ações preferenciais ou partes beneficiárias.

Artigo 7 – A Companhia fica autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 300.000.000 (trezentos milhões) de ações, mediante a emissão de novas ações ordinárias.

Parágrafo Primeiro – Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração será competente para deliberar sobre a emissão de ações, debêntures simples, conversíveis em ações ou bônus de subscrição, estabelecendo se o aumento se dará por subscrição pública ou particular, as condições de integralização e o preço da emissão, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para exercício nas emissões cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública, ou em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei.

Parágrafo Segundo - O Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado, e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, poderá outorgar opção de compra de ações a administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedade sob seu controle, desde que esta não tenha o condão de possibilitar a alteração do controle da Companhia.

Artigo 8 – Para fins de reembolso, o valor da ação poderá ser determinado com base no valor econômico da Companhia, apurado em avaliação procedida por empresa especializada indicada e escolhida em conformidade com o disposto no artigo 45 da Lei das S.A., ou no valor patrimonial da Companhia, o que for menor.

CAPÍTULO III DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 9 - As Assembleias Gerais deverão ser convocadas nos termos do artigo 124 da Lei das S.A., com 15 (quinze) dias de antecedência, no mínimo, contados da publicação do primeiro anúncio de convocação; não se realizando a Assembleia, será publicado novo anúncio, de segunda convocação, com antecedência mínima de 08 (oito) dias da realização da Assembleia.



Parágrafo Único – Para fins do artigo 126, parágrafo primeiro da Lei 6.404/76, a Companhia poderá dispensar a notarização e o reconhecimento de firma dos instrumentos de procuração outorgados por seus acionistas, observada a legislação aplicável às Companhias abertas.

Artigo 10 - A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, pelo Vice-Presidente de tal órgão, que convidará um dos presentes, para secretariar os trabalhos.

CAPÍTULO IV DA ADMINISTRAÇÃO

Seção I - Normas Gerais

Artigo 11 - A administração da Companhia compete ao Conselho de Administração e à Diretoria.

Artigo 12 - A Assembleia Geral estabelecerá a remuneração anual global dos Administradores, nesta incluídos os benefícios de qualquer natureza e as verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado, cabendo ao Conselho de Administração a distribuição da remuneração fixada.

Artigo 13 - Os administradores serão investidos em seus cargos mediante assinatura de Termo de Posse lavrado no livro próprio, dentro dos 30 (trinta) dias que se seguirem à sua eleição. A posse dos administradores estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores, aludido no Regulamento do Novo Mercado e da Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante adotada pela Companhia nos termos da Instrução CVM nº 358, de 22 de janeiro de 2002, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Parágrafo Único - Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria estão obrigados, sem prejuízo dos deveres e responsabilidades a eles atribuídos por lei, a manter reserva sobre todos os negócios da Companhia, devendo tratar como sigilosas todas as informações a que tenham acesso e que digam respeito à companhia, seus negócios, funcionários, administradores, acionistas ou contratados e prestadores de serviços, obrigando-se a usar tais informações no exclusivo e melhor interesse da Companhia. Os administradores, ao tomarem posse de seus cargos, deverão assinar Termo de Confidencialidade, assim como zelar para que a violação à obrigação de sigilo não ocorra por meio de subordinados ou terceiros.

Seção II – Conselho de Administração

Artigo 14 - O Conselho de Administração será composto de, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 9 (nove) membros efetivos, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. No mínimo 20% dos membros do Conselho de Administração deverão ser Conselheiros Independentes.



Parágrafo Primeiro – Caracteriza-se, para fins deste Estatuto Social, como “Conselheiro Independente”, aquele que é definido como tal no Regulamento do Novo Mercado e também expressamente declarado como tal na ata da Assembleia Geral que o eleger.

Parágrafo Segundo – Também serão considerados Conselheiros Independentes aqueles eleitos mediante faculdade prevista nos §§ 4º e 5º do artigo 141 da Lei das S.A.

Parágrafo Terceiro - Quando, em decorrência da observância do percentual referido no caput acima, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento nos termos do Regulamento do Novo Mercado, ou seja, para o número inteiro: (i) imediatamente superior, quando a fração for igual ou superior a 0,5; ou (ii) imediatamente inferior, quando a fração for inferior a 0,5.

Artigo 15 - O Conselho de Administração poderá determinar a criação de comitês de assessoramento destinados a auxiliar os respectivos membros do Conselho de Administração, bem como definir a respectiva composição e atribuições específicas.

Artigo 16 - O Conselho de Administração terá 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice Presidente que serão eleitos por maioria dos votos dos conselheiros efetivos. Caberá ao Presidente ou, na sua ausência, ao Vice-Presidente, presidir as reuniões do Conselho de Administração. Em suas ausências ou impedimentos temporários, o Presidente e o Vice-Presidente substituir-se-ão reciprocamente.

Parágrafo Primeiro - No caso de ausência ou impedimento temporário dos demais membros do Conselho de Administração, estes poderão ser substituídos por outros conselheiros a quem tenham sido conferidos poderes especiais. Nesta última hipótese o Conselheiro que estiver substituindo o ausente ou temporariamente impedido, além de seu próprio voto, expressará o do Conselheiro que estiver substituindo.

Parágrafo Segundo - No caso de vacância do cargo de Presidente ou de Vice-Presidente do Conselho, será imediatamente convocada reunião do Conselho de Administração da Companhia para eleição do substituto. Em caso de vacância dos demais cargos de conselheiros, nos termos do Artigo 150 da Lei das S.A., será igualmente convocada reunião do Conselho de Administração, devendo os conselheiros remanescentes eleger o substituto, o qual servirá até a realização da primeira Assembleia Geral da Companhia. No caso de vacância da maioria dos cargos de membros do Conselho de Administração, a Assembleia Geral deverá ser imediatamente convocada para proceder à nova eleição dos conselheiros.

Parágrafo Terceiro - O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que convocado pelo Presidente, pelo Vice-Presidente ou pelo Diretor Presidente, por escrito, inclusive através de facsímile, com antecedência mínima de cinco dias úteis. Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os membros do Conselho de Administração.

Parágrafo Quarto - As reuniões serão instaladas com a presença da maioria dos seus membros, sendo indispensável a presença do Presidente ou do Vice-Presidente do Conselho de Administração. Os Conselheiros poderão participar de tais reuniões por intermédio de conferência telefônica ou vídeo-conferência, sendo considerados presentes à reunião e devendo confirmar seu voto através de declaração



por escrito encaminhada ao Presidente por carta, fac-símile ou correio eletrônico logo após o término da reunião. Uma vez recebida a declaração, o Presidente ficará investido de plenos poderes para assinar a ata da reunião em nome do referido conselheiro.

Parágrafo Quinto - As deliberações serão tomadas por maioria de votos.

Parágrafo Sexto – Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor-Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Artigo 17 - Compete ao Conselho de Administração:

(a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia incluindo a elaboração ou qualquer alteração substancial do seu plano de negócios;

(b) eleger e destituir a Diretoria;

(c) fiscalizar a gestão dos diretores;

(d) convocar, por seu Presidente, ou seu Vice- Presidente, ou por 02 (dois) quaisquer de seus membros, as Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;

(e) manifestar-se sobre o relatório da Administração e as contas da Diretoria;

(f) fixar e distribuir, dentro dos limites estabelecidos anualmente pela Assembleia Geral, a remuneração dos administradores, quando votada em verba global;

(g) observadas as disposições legais e ouvido o Conselho Fiscal, se em funcionamento, (i) declarar, no curso do exercício social e até a Assembleia Geral Ordinária, dividendos intermediários, inclusive a título de antecipação parcial ou total do dividendo mínimo obrigatório, à conta: (a) de lucros apurados em balanço semestral, ou (b) de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral; (ii) determinar o pagamento de juros sobre o capital próprio;

(h) a aprovação da política de dividendos da Companhia e a declaração, no curso do exercício social e até a Assembleia Geral, de dividendos intermediários, inclusive a título de antecipação parcial ou total do dividendo mínimo obrigatório, à conta de lucros apurados em balanço semestral, trimestral ou em período menor de tempo ou de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço;

(i) a constituição de quaisquer ônus sobre bens móveis ou imóveis da Companhia, ou a caução ou cessão de receitas ou direitos de crédito em garantia de operações financeiras ou não a serem celebradas pela Companhia, sempre que o valor total dos ativos objeto da garantia exceda a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido total da Companhia, ou qualquer porcentagem inferior do mesmo que venha a ser estabelecida pelo Conselho de Administração, determinado com base nas demonstrações financeiras auditadas mais recentes da Companhia;

Esta página é parte integrante da Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Equatorial Energia S.A. do dia 17 de maio de 2019.



(j) a alienação de quaisquer bens integrantes do ativo permanente da Companhia cujo valor exceda a 10% (dez por cento) do valor total do ativo permanente da Companhia, determinado com base nas demonstrações financeiras auditadas mais recentes da Companhia;

(k) a aquisição de quaisquer bens integrantes do ativo permanente da Companhia cujo valor exceda a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido total da Companhia, ou qualquer porcentagem inferior do mesmo que venha a ser estabelecida pelo Conselho de Administração, determinado com base nas demonstrações financeiras auditadas mais recentes da Companhia;

(l) manifestar-se previamente sobre as propostas de emissão de ações e/ou quaisquer valores mobiliários pela Companhia e deliberar sobre a emissão de ações ou de bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado, se for o caso, e de debêntures simples ou conversíveis em ações;

(m) escolher e destituir os auditores independentes;

(n) autorizar a Companhia a participar em outras sociedades;

(o) autorizar a aquisição de ações de emissão da própria Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e posterior alienação, de acordo com o disposto no § 10, alíneas “a” e “b” do Artigo 30 da Lei das S.A.;

(p) autorizar a assunção de responsabilidade ou obrigação pela Companhia, a liberação de terceiros de obrigações para com a Companhia, e a transação, para prevenir ou por fim a litígios, envolvendo valor superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

(q) a aprovação de investimentos e/ou a tomada de empréstimos ou financiamentos de qualquer natureza, incluindo a emissão de notas promissórias comerciais (“Commercial Papers”), debêntures e/ou quaisquer outros títulos de crédito ou instrumentos semelhantes destinados à distribuição em quaisquer mercados de capitais, cujo valor individual ou global, no caso de uma série de operações vinculadas ou idênticas, seja superior a 5% do patrimônio líquido total da Companhia, ou qualquer porcentagem inferior do mesmo que venha a ser estabelecida pelo Conselho de Administração, determinado com base nas demonstrações financeiras auditadas mais recentes da Companhia. Dependerão ainda da aprovação prévia do Conselho de Administração quaisquer das operações acima referidas, independentemente do valor, caso o endividamento adicional por elas representado ultrapasse, dentro de um determinado exercício social, 10% do patrimônio líquido da Companhia ;

(r) autorizar a abertura ou o encerramento de filiais, agências ou escritórios de representação em qualquer parte do País ou no exterior;

(s) manifestar-se previamente sobre as propostas de alteração do Estatuto Social da Companhia;



(t) manifestar-se previamente sobre as propostas de fusão, incorporação, cisão, transformação ou qualquer operação similar que envolva a Companhia e suas subsidiárias;

(u) fixar o voto a ser dado pelo representante da Companhia nas Assembleias Gerais e reuniões das sociedades em que participe como sócia ou acionista, aprovar previamente as alterações do contrato social ou do estatuto social das sociedades em que a Companhia participa, inclusive aprovando a escolha dos administradores de sociedades controladas ou coligadas a serem eleitos com o voto da Companhia;

(v) aprovar os negócios jurídicos e deliberações referidas neste artigo pelas controladas da Companhia ou sociedades a ela coligadas;

(w) fixar critérios gerais de remuneração e política de benefícios (benefícios indiretos, participação no lucro e/ou nas vendas) da administração e dos funcionários de escalão superior (como tal entendidos os superintendentes ou ocupantes de cargos de direção equivalentes) da Companhia;

(x) aprovar a celebração de quaisquer negócios ou contratos entre a Companhia e seus acionistas e administradores (e os sócios, direta ou indiretamente, dos acionistas da Companhia, e respectivos administradores), ressalvada a aquisição de produtos ou serviços em condições uniformes/ curso normal dos negócios;

(y) definir a lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de realização de oferta pública de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do Novo Mercado;

(z) aprovar quaisquer contratos de longo prazo entre a Companhia e seus clientes, fornecedores, prestadores de serviços e outras entidades com que mantenha relacionamento comercial, ou suas prorrogações, com prazo de duração maior do que doze meses e valor total superior a R\$5.000.000,00 cinco milhões de reais, exceto com concessionárias de serviços públicos ou outros que obedeçam a condições uniformes; e

(aa) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital de oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto de acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM.

Seção III – Diretoria

Artigo 18 - A Diretoria, eleita pelo Conselho de Administração, será composta de no mínimo 2 (dois) e no máximo 7 (sete) Diretores, sendo 1 (um) Diretor-Presidente 1 (um) Diretor Financeiro e de Relações com



Investidores, os demais membros eleitos para compor a Diretoria não terão designação específica. Todos os Diretores devem ser residentes no País, acionistas ou não, e ser eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Artigo 19 - A Diretoria não é um órgão colegiado, podendo, contudo, reunir-se, sempre que necessário, a critério do Diretor Presidente, que também presidirá a reunião, para tratar de aspectos operacionais.

Parágrafo Único - A reunião da Diretoria instalar-se-á com a presença de diretores que representem a maioria dos membros da Diretoria.

Artigo 20 -. Em suas ausências ou impedimentos temporários, o Diretor-Presidente e o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores substituir-se-ão reciprocamente.

Parágrafo Único - Em caso de vacância do cargo de Diretor será imediatamente convocada uma reunião do Conselho de Administração para eleição do seu substituto.

Artigo 21 - Compete à Diretoria as atribuições fixadas em lei, observadas as demais normas deste Estatuto Social.

Parágrafo Primeiro - Compete ao Diretor-Presidente: *(i)* convocar e presidir as reuniões da Diretoria; *(ii)* ter a seu cargo o comando dos negócios da Companhia; *(iii)* determinar e acompanhar o exercício das atribuições dos Diretores sem designação específica; *(iv)* presidir as Reuniões de Diretoria e as Assembleias Gerais, estas últimas somente no caso de ausência do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração; e *(v)* implementar as determinações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – Compete ao Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: *(i)* a administração financeira da Companhia; *(ii)* a administração das áreas de controladoria, tesouraria, e contabilidade; *(iii)* a execução das diretrizes determinadas pelo Conselho de Administração; *(iv)* substituir o Diretor-Presidente em suas ausências e impedimentos temporários; e *(v)* as atribuições conferidas ao Diretor de Relações com Investidores pela legislação em vigor, dentre as quais a prestação de informações aos investidores, à Comissão de Valores Mobiliários e à BM&FBOVESPA, bem como manter atualizado o registro da Companhia em conformidade com a regulamentação aplicável da Comissão de Valores Mobiliários.

Parágrafo Terceiro – Competirá aos Diretores sem designação específica a execução das políticas e diretrizes estabelecidas pelo Diretor-Presidente, pelo Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e pelo Conselho de Administração.

Artigo 22 - Todos os documentos que criem obrigações para a Companhia ou desonerem terceiros de obrigações para com a Companhia deverão, sob pena de não produzirem efeitos contra a mesma, ser assinados: *(a)* por quaisquer (2) dois Diretores; *(b)* por (1) um Diretor qualquer, nos termos do parágrafo segundo deste artigo; ou *(c)* por 1 (um) Diretor, em conjunto, com 1 (um) procurador constituído nos termos do parágrafo primeiro deste artigo.



Parágrafo Primeiro - As procurações outorgadas pela Companhia deverão ser assinadas por quaisquer (2) dois Diretores, especificar expressamente os poderes conferidos, inclusive para a assunção das obrigações de que trata o presente artigo, e conter prazo de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano, com exceção daquelas outorgadas a advogados para representação da Companhia em processos judiciais ou administrativos.

Parágrafo Segundo - As procurações outorgadas a instituições financeiras para garantia de financiamentos também poderão ter validade superior a um ano, ficando restritas ao prazo do respectivo contrato de financiamento ou garantia, e ainda prever o substabelecimento, sempre com reserva de iguais poderes.

Parágrafo Terceiro - Poderá, ainda, a Companhia ser representada validamente por 1 (um) Diretor qualquer, inclusive na assunção de obrigações, desde que haja deliberação unânime, expressa e específica da Diretoria neste sentido, ou nas seguintes situações:

- (i) quando se tratar de contratar prestadores de serviço ou empregados;
- (ii) em assuntos de rotina perante os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, autarquias e sociedades de economia mista;
- (iii) na assinatura de correspondência sobre assuntos rotineiros;
- (iv) no endosso de instrumentos destinados à cobrança ou depósito em nome da companhia; e
- (v) na representação da companhia nas Assembleias Gerais de suas controladas e demais sociedades em que tenha participação acionária, observado o disposto neste Estatuto.

Artigo 23 - É vedado aos Diretores e aos procuradores da Companhia obrigá-la em negócios estranhos ao objeto social, bem como praticar atos de liberalidade em nome da mesma ou conceder avais, fianças e outras garantias que não sejam necessárias à consecução do objeto social.

CAPÍTULO V DO CONSELHO FISCAL

Artigo 24 - A Companhia terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente, integrado por 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, ao qual competirão as atribuições previstas em lei.

Parágrafo Primeiro - A posse dos membros do Conselho Fiscal está condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal, aludido no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.



Parágrafo Segundo - Cada período de funcionamento do Conselho Fiscal terminará na data da primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua instalação.

Parágrafo Terceiro – Os membros do conselho fiscal terão os deveres e responsabilidades estabelecidos pela legislação societária em vigor e no Regulamento do Novo Mercado.

CAPÍTULO VI DO EXERCÍCIO SOCIAL, DOS LUCROS E SUA DISTRIBUIÇÃO

Artigo 25 - O exercício social coincide com o ano civil, terminando em 31 de dezembro de cada ano, data em que serão levantados o balanço da Companhia e elaboradas as demonstrações financeiras para fins de publicação e apreciação pela Assembleia Geral.

Parágrafo Primeiro - A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços, respeitado o disposto no artigo 204 da Lei das S.A..

Parágrafo Segundo - A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Terceiro - Os dividendos intermediários ou intercalares distribuídos e os juros sobre capital próprio, líquidos de tributos, serão sempre computados como antecipação do dividendo mínimo e obrigatório.

Artigo 26 - Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, o Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, após a dedução das participações referidas no artigo 190 da Lei das Sociedades por Ações e no Parágrafo 2º deste Artigo, ajustado para fins do cálculo de dividendos, nos termos do artigo 202 da mesma lei, observada a seguinte dedução:

Parágrafo Primeiro - Do resultado de cada exercício social será deduzido, antes de qualquer participação, os eventuais prejuízos acumulados e as provisões para o Imposto de Renda e para a Contribuição Social sobre o Lucro.

Parágrafo Segundo - O lucro líquido do exercício terá sucessivamente a seguinte destinação:

(i) 5% (cinco por cento) para constituição de reserva legal até que atinja a 20% (vinte por cento) do capital social;



(ii) a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício social em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital exceder de 30% (trinta por cento) do capital social;

(iii) no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do saldo do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata o item (i) deste Parágrafo será distribuído a título de dividendo a todos os acionistas da Companhia;

(iv) a parcela remanescente do lucro líquido do exercício após o pagamento de dividendo aos acionistas, em percentual a ser definido pela Assembleia Geral, será destinada à Reserva para Investimento e Expansão, que tem por finalidade (i) assegurar recursos para aquisição de participação no capital social de outras sociedades, consórcios e empreendimentos que atuem no setor de energia elétrica; (ii) reforçar o capital de giro da Companhia; e, (iii) ainda, ser utilizada em operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações do capital da Companhia; e

(v) o montante anual a ser atribuído à Reserva para Investimento e Expansão será no máximo 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, sendo certo que o valor da referida reserva obedecerá ao limite a que se refere o Parágrafo Quarto do presente artigo.

Parágrafo Terceiro - A Assembleia Geral, por proposta do Conselho de Administração, poderá, a qualquer tempo, distribuir dividendos à conta da Reserva para Investimento e Expansão, ou destinar seu saldo, no todo ou em parte, para aumento do capital social, inclusive com bonificação em novas ações.

Parágrafo Quarto - Nos termos do artigo 194, III, da Lei das Sociedades por Ações, a Reserva para Investimento e Expansão terá como limite máximo o valor equivalente a 80% (oitenta por cento) do capital social da Companhia.

Artigo 27 - Salvo as deliberações em contrário da Assembleia Geral, o pagamento dos dividendos, de juros sobre o capital próprio e a distribuição de ações provenientes de aumento de capital serão efetivadas no prazo de até 60 (sessenta) dias da data da respectiva deliberação.

CAPÍTULO VII DA ALIENAÇÃO DO PODER DE CONTROLE

Artigo 28 - A Alienação de Controle acionário da Companhia (conforme definido no Parágrafo Único do Artigo 29), direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o Adquirente se obrigue a efetivar, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas, de forma a assegurar-lhes tratamento igualitário àquele dado ao do Acionista Controlador Alienante.

Artigo 29 - A oferta pública referida no Artigo 28 também deverá ser efetivada:



(a) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na Alienação de Controle da Companhia; ou

(b) em caso de alienação de controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, neste caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e a anexar documentação que comprove esse valor.

Parágrafo Único - Para fins do disposto neste Estatuto Social, entende-se por:

“Ações de Controle” o bloco de ações que assegura, de forma direta ou indireta, ao(s) seu(s) titular(es), o exercício individual e/ou compartilhado do Poder de Controle da Companhia.

“Ações em Circulação” todas as ações de emissão da Companhia, excetuadas as detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele vinculadas, pelos membros do Conselho de Administração e Diretores da Companhia e aquelas em tesouraria.

“Acionista Controlador” o acionista, ou Grupo de Acionistas, que exerça o Poder de Controle da Companhia.

“Acionista Controlador Alienante” o Acionista Controlador, quando este promove a Alienação de Controle da Companhia.

“Adquirente” aquele para quem o Acionista Controlador Alienante transfere as Ações de Controle em uma Alienação de Controle.

“Alienação de Controle” a transferência a terceiro, a título oneroso, das Ações de Controle.

“Grupo de Acionistas” significa o grupo de pessoas: (i) vinculadas por contratos ou acordos de voto de qualquer natureza, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum; ou (ii) entre as quais haja relação de controle; ou (iii) sob controle comum.

“Poder de Controle” significa o poder efetivamente utilizado de dirigir, as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida. Há presunção relativa de titularidade do controle em relação à pessoa ou ao Grupo de Acionistas que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas três últimas Assembleias Gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante.

Artigo 30 - Aquele que venha a adquirir o Poder de Controle acionário, em razão de contrato particular de compra e venda de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a:



(a) efetivar a oferta pública referida no Artigo 28 deste Estatuto;

(b) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o Adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à BM&FBOVESPA operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos; e

(c) quando necessário, tomar as medidas cabíveis para recompor o percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do total das Ações em Circulação da Companhia dentro dos 6 (seis) meses subsequentes à aquisição do Poder de Controle.

Artigo 31 - A Companhia não registrará qualquer transferência de ações para o Adquirente, ou para aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores aludido no Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo Único - Nenhum acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle poderá ser registrado na sede da Companhia enquanto os seus signatários não tenham subscrito o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do Novo Mercado.

CAPÍTULO VIII CANCELAMENTO DO REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA

Artigo 32 - O cancelamento do registro de companhia aberta será precedido por oferta pública de aquisição de ações, a ser feita pelo Acionista Controlador ou pela Companhia, tendo como preço mínimo, obrigatoriamente, o valor econômico apurado no laudo de avaliação elaborado de acordo com os critérios estabelecidos nos artigos 33 e 34 abaixo, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Artigo 33 - O laudo de avaliação será elaborado por empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, de seus administradores e/ou do Acionista Controlador, além de satisfazer os requisitos do § 1º do artigo 8º da Lei das S.A., e conter a responsabilidade prevista no § 6º do mesmo artigo.

Parágrafo Primeiro - A escolha da empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia é de competência privativa da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes naquela assembleia, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação, ou que se instalada em



segunda convocação poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

Parágrafo Segundo - Os custos incorridos com a elaboração do laudo serão arcados integralmente pelo ofertante.

Artigo 34 - Quando for informada ao mercado a decisão de se proceder ao cancelamento do registro de companhia aberta, o ofertante deverá divulgar o valor máximo por ação ou lote de mil ações pelo qual formulará a oferta pública.

Parágrafo Primeiro - A oferta pública ficará condicionada a que o valor apurado no laudo de avaliação não seja superior ao valor divulgado pelo ofertante.

Parágrafo Segundo - Se o valor econômico das ações, apurado na forma dos artigos 33 e 34, for superior ao valor informado pelo ofertante, a decisão de se proceder ao cancelamento do registro de companhia aberta ficará automaticamente revogada, exceto se o ofertante concordar expressamente em formular a oferta pública pelo valor econômico apurado, devendo o ofertante divulgar ao mercado a decisão que tiver adotado.

Parágrafo Terceiro – O procedimento para o cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia atenderá as demais exigências estabelecidas nas normas aplicáveis às companhias abertas e os preceitos constantes do Regulamento do Novo Mercado.

CAPÍTULO IX SAÍDA DO NOVO MERCADO

Artigo 35 - A saída da Companhia do Novo Mercado será aprovada em Assembleia Geral pela maioria dos votos dos acionistas presentes e comunicada à BM&FBOVESPA por escrito com antecedência prévia de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Primeiro – Caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo valor econômico apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos dos artigos 33 e 34 deste Estatuto, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis. A notícia da realização da oferta pública deverá ser comunicada à BM&FBOVESPA e divulgada ao mercado imediatamente após a realização da Assembleia Geral da Companhia que houver aprovado a referida reorganização.



Parágrafo Segundo – Na hipótese de não haver Acionista Controlador, caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados a partir da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no parágrafo acima.

Parágrafo Terceiro – A referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

Parágrafo Quarto – Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.

Artigo 36 - A Alienação de Controle da Companhia que ocorrer nos 12 (doze) meses subsequentes à sua saída do Novo Mercado, obrigará o Acionista Controlador Alienante, conjunta e solidariamente com o Adquirente, a oferecer aos demais acionistas a aquisição de suas ações pelo preço e nas condições obtidas pelo Acionista Controlador na alienação de suas próprias ações, devidamente atualizado, na forma da legislação em vigor, observando-se as mesmas regras aplicáveis às alienações de controle previstas no Capítulo VII deste Estatuto.

Parágrafo Primeiro - Se o preço obtido pelo Acionista Controlador na alienação a que se refere o “caput” deste artigo for superior ao valor da oferta pública realizada de acordo com as demais disposições deste Estatuto Social, devidamente atualizado na forma da legislação em vigor, o Acionista Controlador Alienante conjunta e solidariamente com o Adquirente, ficarão obrigados a pagar a diferença de valor apurado aos aceitantes da respectiva oferta pública, nas mesmas condições previstas no “caput” deste artigo.

Parágrafo Segundo - A Companhia e o Acionista Controlador ficam obrigados a averbar no Livro de Registro de Ações da Companhia, em relação às ações de propriedade do Acionista Controlador, ônus que obrigue o Adquirente a estender aos demais acionistas da Companhia preço e condições de pagamento idênticos aos que forem pagos ao Acionista Controlador Alienante, em caso de alienação, na forma prevista no “caput” e no parágrafo primeiro, acima.

Artigo 37 – A saída da Companhia do Novo Mercado em razão do descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo valor econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que tratam os artigos 33 e 34 deste Estatuto, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo Primeiro – O Acionista Controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput desse artigo.



Parágrafo Segundo – Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no caput decorrer de deliberação da Assembleia Geral, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no caput ocorrer em razão de ato ou fato da administração, os administradores da Companhia deverão convocar Assembleia Geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Novo Mercado.

Parágrafo Quarto – Caso a Assembleia Geral mencionada no Parágrafo Terceiro acima delibere pela saída da Companhia do Novo Mercado, a referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no caput, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

CAPÍTULO X JUÍZO ARBITRAL

Artigo 38 - A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei 6.404/76, no presente Estatuto, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, do Regulamento de Aplicação de Sanções Pecuniárias do Novo Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

CAPÍTULO XI LIQUIDAÇÃO

Artigo 39 - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou por deliberação da Assembleia Geral, que estabelecerá a forma da liquidação, elegerá o liquidante e, se for o caso, instalará o Conselho Fiscal, para o período da liquidação, elegendo seus membros e fixando-lhes as respectivas remunerações.



CAPÍTULO XII DOS ACORDOS DE ACIONISTAS

Artigo 40 - Os eventuais acordos de acionistas que estabeleçam as condições de compra e venda de suas ações, ou o direito de preferência na compra destas, ou o exercício do direito de voto, serão sempre observados pela Companhia, desde que tenham sido arquivados na sede social, cabendo à respectiva administração abster-se de computar os votos lançados contra os termos de tais acordos.

Parágrafo Único - As obrigações ou ônus resultantes de tais acordos somente serão oponíveis a terceiros depois de averbados nos livros de registro de ações da Companhia e nos certificados ou comprovantes das ações, se emitidos.
